

AS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DE FUMO NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ: sujeição da renda da terra e resistência camponesa¹

CONTRADICCIONES EN LA PRODUCCIÓN DE HUMO EN LA MESOREGIÓN OESTE DEL PARANÁ: sujeción de la renda de la tierra y resistencia campesina

Jennifer Paola Vicini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil
Mestre em Geografia
paola_djeni@hotmail.com

Djoni Roos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Professor do Curso de Graduação em Geografia e dos
Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Desenvolvimento Rural Sustentável,
Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil
Doutor em Geografia
djoni.roos@unioeste.br

Resumo

O objetivo do presente texto é analisar as contradições existentes no processo de integração entre indústrias fumageiras e camponeses produtores de tabaco. A pesquisa foi realizada nos municípios de São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Santa Helena, Missal, Mercedes e Marechal Cândido Rondon, mesorregião Oeste do Paraná. Neste contexto, problematiza-se as contradições que envolvem a agricultura camponesa e a expansão do capitalismo sobre o campo, como: a apropriação de relações não capitalistas de produção para a acumulação capitalista; a monopolização capitalista do território camponês no sistema de integração; as estratégias de existência e resistência que os camponeses desenvolvem diante da subordinação; e a sujeição da renda da terra à que estão submetidos os camponeses no processo de produção do tabaco.

Palavras-chaves: Permanência do campesinato. Relações Contraditórias. Monopolização do território. Subordinação. Reprodução camponesa.

Resumen

El propósito de este texto es analizar las contradicciones que existen en el proceso de integración entre las industrias del tabaco y los campesinos productores de tabaco. La investigación se llevó a cabo en los municipios de São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Santa Helena, Missal, Mercedes y Marechal Cândido Rondon, mesorregión occidental de Paraná. En este contexto, las contradicciones que involucran la agricultura campesina y la expansión del capitalismo sobre el campo se problematizan, tales como: la apropiación de las relaciones de producción no capitalistas para la acumulación capitalista; la monopolización capitalista del territorio campesino en el sistema de integración; las estrategias de existencia y resistencia que los campesinos desarrollan frente a la

subordinación; y la sujeción de la renta de la tierra a la que están sujetos los campesinos en el proceso de producción de tabaco.

Palabras clave: Permanencia del campesinado. Relaciones contradictorias. Monopolización del territorio. Subordinación. Reproducción campesina.

Introdução

Compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira implica entender as contradições inerentes a este processo. Tais contradições são expressas basicamente na presença de relações de produção não tipicamente capitalistas, porém, subordinadas a acumulação de capital, como é o caso da produção de fumo realizada por camponeses.

A produção de tabaco é bastante expressiva entre os camponeses pelo fato desta necessitar de pouca área de terra e de relativa força de trabalho. Neste processo, o trabalho familiar é subordinado ao comando de grandes empresas do setor fumageiro, que estabelecem vínculos com os camponeses de forma que podem vir a interferir nas atividades realizadas nas propriedades destes. Assim, a fumageira se utiliza de relações de trabalho não tipicamente capitalistas, como o trabalho familiar camponês e, dessa forma, não necessita realizar investimentos para produção do tabaco e nem mesmo aquisição de terras.

Tudo o que é realizado na propriedade camponesa para o cultivo do tabaco baseia-se em financiamentos junto às empresas, sendo que o camponês deve quitar os mesmos em produto. Tais financiamentos, embora ocorram em diversos momentos, são mais comuns no início da produção, pois o camponês não possui estufas, galpões, ferramentas e demais estruturas necessárias, sendo que para obter estas, se submetem, antes mesmo de produzir o fumo, a endividamentos com às empresas. Desse modo, os camponeses constroem os galpões, estufas, acessam sementes e demais insumos necessários à produção, além disso, tem assistência técnica de instrutores que vão até as unidades de produção orientar os camponeses. Além de instruir os procedimentos em relação à produção, os instrutores atuam como “vigias” dos camponeses, verificando se os regulamentos e técnicas definidas pelas empresas estão sendo seguidos e, principalmente, certificando se a totalidade da produção está sendo direcionada à empresa que lhes financiou.

É fato que os camponeses integrados às indústrias fumageiras estão subordinados, porém, há que compreender os fatores que levam a tal opção por parcela do campesinato. No sentido de apreender esta complexa realidade, busca-se com o presente trabalho, analisar as contradições que envolvem a produção de tabaco na mesorregião Oeste do Paraná. Para realização da pesquisa, selecionou-se os municípios de Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Missal, Santa Helena e São Miguel do Iguaçú pelo destaque no volume de produção de tabaco na respectiva região. Neste recorte espacial, preocupou-se em apreender e problematizar os elementos que compõem a realidade, sendo que, a produção de tabaco expressa nitidamente à produção do capital através de relações não capitalistas de produção. Porém, contraditoriamente, foi possível conferir que os camponeses encontram no cultivo de fumo alternativas para a manutenção de sua existência.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa realizou-se trabalhos de campo para dialogar com os camponeses produtores de tabaco e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas 27 entrevistas, as quais, foram gravadas com a autorização dos camponeses e, destas, 21 foram transcritas² e utilizadas no presente texto. Tal metodologia forneceu informações de natureza qualitativa e quantitativa as quais subsidiam a discussão e elaboração de tabelas e quadros, fundamentais para a análise e compreensão do desenvolvimento de tal produção na região oeste do Paraná.

Aborda-se primeiramente, os dados sobre a produção de fumo na mesorregião Oeste do Paraná, enfatizando o volume da produção de tabaco em cada município pesquisado. Além disso, tratar-se-á brevemente, quanto as indústrias fumageiras que atuam na mesorregião pesquisada. Posteriormente, apresenta-se discussão para compreender o sistema integrado fumageiro e as suas contradições que estão centradas em uma relação dialética entre a subordinação e a resistência camponesa na produção de tabaco.

Neste contexto, se busca problematizar a territorialização da produção de fumo na mencionada região e entender o contexto que leva os camponeses a aderirem ao respectivo cultivo, bem como, os desdobramentos contraditórios inerentes a este processo.

A territorialização da produção de fumo na mesorregião Oeste do Paraná

A produção de fumo integrada às indústrias iniciou-se no Paraná na década de 1960. Anteriormente, a produção paranaense era explorada de forma artesanal, processada na propriedade do produtor e vendida no comércio local (DERAL, 2015). O Paraná ocupa a terceira posição nacional na produção de fumo, sendo superado apenas pelos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (DERAL, 2019). No Paraná, a produção de fumo está concentrada principalmente nas mesorregiões Centro-Sul, Sudoeste e Oeste (DERAL, 2019).

Embora não seja a mesorregião onde se concentra a maior produção de fumo no estado, a mesorregião Oeste se destaca pela produção de fumo do tipo comum³, sendo muito pouco produzido noutras mesorregiões do Paraná e em outros estados da federação. Este elemento, somado a existência de inúmeras famílias camponesas que se dedicam à produção de tabaco, confere importância e necessária compreensão a dinâmica deste processo no Oeste paranaense. Neste contexto, é importante conhecer e compreender quem são os camponeses produtores de fumo. Dentre os camponeses entrevistados para esta pesquisa, 16 são proprietários da terra em que cultivam o tabaco; 02 produzem fumo em terras arrendadas, ou seja, não possuem terras próprias; e há 03 agregados, isto é, camponeses que não possuem terra própria, mas residem na propriedade de um grande produtor de fumo, cultivando o tabaco para este em troca de determinada porcentagem do produto final.

É importante ressaltar que entre os camponeses que declararam serem proprietários das terras, a maioria teve acesso por herança dos pais e, em muitos casos, a mesma propriedade é compartilhada entre os irmãos. A quantidade de terra dos que são proprietários oscila entre 01 ha à 12 ha, tendo ainda àqueles que, pela insuficiência da terra própria, arrendam de outros camponeses para suprir as demandas de produção familiar.

Tendo apresentado os sujeitos que fazem parte desta pesquisa é importante também contextualizar a região na qual se realizou o presente estudo. A imagem 1 localiza a mesorregião Oeste no estado do Paraná.

Imagem 1 - Mesorregiões do estado do Paraná



Fonte: IPARDES. Disponível em: www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_pdf

Como já apontado, na mesorregião Oeste do Paraná, selecionou-se os municípios de Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Missal, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu para a realização da presente pesquisa. Estes foram escolhidos pelo destaque no volume de produção de tabaco na respectiva região. O Quadro 1 apresenta a produção de fumo nos respectivos municípios.

Quadro 1 - Levantamento da produção de fumo por município selecionado (2017)

| Municípios | Área colhida (ha) | Produção (t) | Rendimento Médio (kg/ha) |
|-------------------------|-------------------|--------------|--------------------------|
| Itaipulândia | 330 | 721 | 2.185 |
| Marechal Cândido Rondon | 309 | 711 | 2.301 |
| Mercedes | 230 | 570 | 2.478 |
| Missal | 200 | 435 | 2.175 |
| Santa Helena | 363 | 762 | 2.099 |
| São Miguel do Iguaçu | 572 | 1.173 | 2.051 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPARDES (2017).

As indústrias fumageiras que atuam na mesorregião Oeste do Paraná são: Souza Cruz, que integra produtores nos seis municípios pesquisados e a Continental Tobaccos

Alliance (CTA), a qual tem integrados nos municípios de Itaipulândia, Missal, São Miguel do Iguçu e Santa Helena.

A Souza Cruz foi fundada em 1903 e iniciou o processo de fomento da produção de fumo na região Sul a partir de 1914. Neste mesmo ano, foi adquirida pelo grupo British American Tobacco (BAT), o segundo maior grupo no mercado mundial de tabaco, com atuação em cerca de 180 países (DESER, 2010). A Souza Cruz é líder nacional em produção de tabaco, respondendo por 78,1% do mercado nacional (SOUZA CRUZ, 2020). Já a CTA foi constituída por um grupo de empreendedores brasileiros que durante décadas administraram a extinta Fumossul e fundaram em 14 de junho de 1994, a Sul Continental de Tabacos Ltda., a qual tempos depois, firmou uma aliança estratégica com a G. F. Vaughan Tobacco Co. Inc. de capital norte americano (DESER, 2010).

Essas duas fumageiras são, portanto, impérios do tabaco na mesorregião oeste do Paraná. O raciocínio de Ploeg (2008) ao tratar dos “Impérios Alimentares” corrobora para compreender também o império que neste caso é do tabaco. Tais empresas fumageiras atuam no mercado global comandando a produção e a circulação, constituindo verdadeiros impérios construídos sob a subordinação da renda gerada pelos camponeses na produção do tabaco. Estas empresas fumageiras para se expandir no campo utilizam do sistema de parceria/integração se beneficiando desta relação de produção por meio da apropriação da renda da terra gerada pelo trabalho familiar camponês.

Assim, dar-se-á sequência para compreender a ação dos impérios do tabaco e as contradições do sistema integrado fumageiro que permeiam este processo de subordinação. Embora subordinado, o campesinato constrói com essa relação de produção estratégias para reprodução de sua existência. Diante da ausência de políticas de Estado em que impera a vassalagem do mercado, o cultivo de fumo para o camponês se torna uma alternativa para permanência e reprodução no campo. Portanto, há uma relação dialética de subordinação e resistência neste processo. No item seguinte problematiza-se o sistema integrado fumageiro através dos dados das entrevistas que foram realizadas com os camponeses fumicultores.

Sujeição da renda da terra e subordinação do campesinato no sistema integrado fumageiro

O sistema integrado do tabaco possui mais de um século de implantação no Brasil. Neste período, inúmeros camponeses aderiram a essa relação, principalmente, pelo fato de possibilitar acesso ao crédito agrícola e a comercialização da produção (DESER, 2010). Este sistema confere às indústrias uma série de vantagens as quais asseguram, por exemplo, a transferência total e exclusiva do produto, fruto da integração, ao capital industrial. Tal transferência é controlada durante as fases de produção por meio da elaboração de estimativas da quantidade de fumo que será produzida pelo camponês. O sistema integrado permite ainda, que a indústria “amarre” o camponês, pois ao comercializar o necessário para a produção, o mesmo terá que pagar e quitar a sua dívida através da entrega da produção. Ou seja, o sistema de integração possibilita que a indústria mesmo não se territorializando, isto é, adquirindo a terra, possa ainda assim monopolizar o território (OLIVEIRA, 1990) e nele, a produção de fumo que é realizada pela família camponesa, sujeitando e subordinando à suas regras de produção.

No sistema integrado do tabaco, a indústria fumageira viabiliza assistência técnica, financiamento, venda de sementes e insumos (fertilizantes, agrotóxicos etc.), transporte da produção⁴, o seguro e a garantia da compra do fumo. A indústria ainda estabelece regras, as quais, extrapolam a produção de fumo e abrangem a propriedade como um todo. Exemplo disso, são as normas que impedem os camponeses de criarem de forma solta animais domésticos, como as galinhas. Outra estratégia utilizada pelas empresas é a elaboração de estimativas de produção que servem como controle da produção final. A fumageira busca ter o controle total da produção, principalmente para ter a certeza de que a mesma será destinada à indústria, evitando a subtração em favor de atravessadores, ou, como são popularmente conhecidos, os picaretas⁵.

Neste processo, o camponês produtor de fumo fornece todo o trabalho, os meios de produção (terra) e investimentos necessários para o cultivo. Portanto, realiza a produção de mudas, o plantio, a aplicação dos agrotóxicos, faz a colheita, a cura/secagem, a classificação do fumo e o enfardamento deixando a produção pronta para o transporte à indústria.

Com estes procedimentos a empresa fumageira se apropria de elementos da produção camponesa, ou seja, a força de trabalho familiar, furtando-se das despesas com

investimentos nos meios de produção e com a contratação de trabalhadores. É com estes fatores que “O capitalismo engendra relações de produção não capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão” (MARTINS, 1980, p.21). Neste sentido, a produção de tabaco deixa evidente o capital industrial sujeitando a agricultura camponesa aos seus interesses. Neste sistema de integração a empresa fumageira domina totalmente o produto do trabalho dos camponeses, em que é evidente a sujeição da renda terra camponesa para o capital.

Nestas circunstâncias que envolvem a produção familiar do tabaco, se está diante da subordinação e exploração da produção camponesa. A indústria através do sistema de integração circula a mercadoria, isto é, a produção camponesa, sujeitando a renda da terra produzida pelos camponeses. Neste sentido, ressalta-se que “Esta tem sido a prática do capital comercial e industrial, sujeitar a agricultura aos seus ditames” (OLIVEIRA, 2006, p.19).

É exatamente isso que a indústria fumageira desenvolve na pequena propriedade, subordina o produto, fruto do trabalho camponês. De forma que, os camponeses passam a trabalhar para a indústria em sistema de integração e, embora a terra seja do camponês, a maior parte da renda é drenada para o capital industrial. Na produção de tabaco a renda produzida pelo camponês é transferida para a indústria fumageira. Etges (1991, p.135) argumenta nesse sentido,

O que se conclui é que a decisão de incrementar a produção no Brasil não partiu dos produtores e sim de uma decisão das empresas multinacionais, que aqui encontraram as condições mais vantajosas para aplicarem o seu capital e reproduzi-lo às custas, basicamente, do baixo preço pago pelo fumo aos produtores e pela exploração da mão-de-obra barata que trabalha em suas empresas.

A empresa fumageira encontra condições vantajosas que permitem a mesma sujeitar a renda da terra camponesa no processo de comercialização da produção e assim canalizar a renda da terra camponesa. O capital consegue assim se expandir monopolizando as relações de produção na propriedade camponesa. A sujeição camponesa encontra-se na subordinação da renda da terra, não se trata de sujeição do trabalho camponês ao capital, mas sim do produto, da renda da terra, conforme apontam Paulino e Almeida (2010, p.46).

[...] a drenagem da riqueza produzida pelo trabalho camponês para as mãos do capitalista ocorre mediante a sujeição da renda da terra, porque, no caso do

camponês, ele preserva a propriedade da terra e nela trabalha com a força de trabalho familiar. Logo, insere-se no mercado pelo seu produto, pelo trabalho contido no seu produto, donde a exploração não é direta como a do operário. Neste caso, mesmo que haja uma crescente dependência do camponês em relação ao capital, o que ocorre não é a territorialização, mas a monopolização do território pelo capital. Por conseguinte, não ocorre a sujeição real e nem formal do trabalho ao capital.

Ressalta-se, portanto, que é a renda da terra camponesa que é subordinada pelo capital. Isso é fruto da expansão contraditória do capital sobre o campo, que se apropria de relações não tipicamente capitalistas para sua acumulação. Assinala-se, entretanto, que ainda que o capital industrial monopolize e subordine, a propriedade continua a ser do camponês e a subordinação que ocorre é da renda da terra camponesa. Esta compreensão da sujeição da renda da terra é salutar para entender os sistemas integrados.

[...] os camponeses continuam, em sua maioria, donos da terra e dos instrumentos de trabalho, mesmo no caso do aumento do domínio do capital sobre a produção agrícola- situação da agropecuária de contrato. Neste caso dos integrados à indústria (fumo, aves, suínos) não há nem mesmo sujeição formal. É na verdade, sujeição de renda da terra ao capital. Essa sujeição da renda se oculta na circulação da mercadoria, no crédito bancário, na transferência de riqueza para as empresas urbanas através de alimentos a baixo custo. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p.46).

O fumo produzido pelos camponeses é adquirido pela indústria por um custo baixo e, posteriormente, comercializado com preço mais elevado, ou seja, realiza-se a sujeição da renda da terra camponesa através da circulação do fumo industrializado.

O principal objetivo do capital com as relações que estabelece com o campesinato, é subordinar a renda da terra. Cabe aqui dar ênfase à subordinação da produção camponesa, para entender a expansão do capitalismo no campo. Ao se expandir sobre o campo, o capitalismo se apropria de elementos da produção camponesa, os quais são caminhos centrais para o capital se ampliar no campo. Ou seja, especificamente, na propriedade camponesa não existe relação capitalista, pois, a força de trabalho para produzir fumo é familiar. Além disso, o campesinato produz grande parte do que necessita para o autoconsumo da família, assim, são cultivados hortaliças e legumes, criam-se animais (porcos, galinhas, gado etc.) entre outros itens básicos necessários a alimentação e que não estão circunscritos no universo das trocas mercadológicas. Entretanto, estas atividades realizadas pelos camponeses são altamente vantajosas para o capital industrial, e no caso do tabaco, significa poder remunerar ainda menos o produto destes camponeses.

O capitalismo muda a forma de se ampliar na propriedade camponesa. A relação estabelecida não é aquela tipicamente capitalista, em que o trabalhador vende sua força de trabalho em troca do salário que recebe todo mês e o capital detém os meios de produção. A relação estabelecida com o camponês não é em troca da força de trabalho, e sim, em troca do fruto do trabalho camponês, ou seja, pela apropriação da renda da terra. Ao capital interessa o que o campesinato produz. Ocorre assim, a subordinação da produção camponesa, por meio da qual, a indústria fumageira produz capital através de relações não capitalistas de produção. Conforme Oliveira (1990, p.53),

[...] quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista.

O entendimento de Oliveira (1990) serve de exemplo para entender, como o capital subordina a produção camponesa, se apropriando da renda da terra pela via não capitalista. É nesta lógica que o sistema integrado fumageiro se inscreve. No entanto, além de monopolizar a propriedade camponesa, tal sistema apresenta contradições, vez que, representa uma alternativa de reprodução do campesinato. É importante compreender que o acesso à insumos, fertilizantes, bem como, a comercialização do produto sempre foi obstaculizada aos camponeses. Ou seja, eles não têm fácil acesso e nem mesmo mecanismos estatais para garantir isso e a relação de integração com a indústria significa o acesso a estes componentes. Assim, o que ocorre é a existência de um espaço que fica vazio, que o Estado não preenche com políticas públicas e aparecem as empresas com a integração na qual garantem a compra da produção e o fornecimento de insumos, ou seja, aquilo que os camponeses mais necessitam para conseguir se reproduzir.

Tal prática das empresas capitalistas amarra os camponeses às mesmas, conforme foi possível compreender junto aos camponeses entrevistados para esta pesquisa, quando perguntados sobre as dívidas com a fumageira. “Tem [dívidas]. Eu peguei a máquina, carretão e insumo. Os insumo é pago adiantado. Paguei 50%. E os financiamento é pago em três, quatro, cinco ano, não é tudo de uma vez, depende o que você financia (Camponês de Mercedes/PR, 2018)⁶. Outro camponês também argumentou em relação ao endividamento.

[Possui dívidas com a empresa?] Sempre, sempre [E quando entrega o fumo quita?] Sim. Só que daí já faz outra. Só que hoje fica pouco pra trais. 20% fica pra trais, 80% já paga antes [...] a semente que hoje é caríssima, é muito caro [Pega da empresa?] Sim tem que pegar eles querem daquela qualidade né? (Camponês de Missal/PR, 2018)⁷.

Como pode ser visto, às empresas fumageiras que realizam a integração nos municípios estudados, exigem que um percentual do investimento seja pago antes mesmo do camponês produzir o fumo. Já os camponeses embora tenham pago esta porcentagem, continuam devendo para a empresa, tendo que obrigatoriamente produzir o fumo e entregar a mesma. Assim, os camponeses estão suscetíveis ao sucesso da produção, pois precisam quitar o financiamento e ter alguma sobra para a garantia da reprodução do grupo familiar. Portanto, caso o camponês queira deixar de produzir precisa antes quitar débitos com a empresa, no entanto, para isso deve produzir o fumo, contraditoriamente para produzi-lo, tem que realizar outro financiamento para o custeio de insumos, agrotóxicos e demais materiais.

Destarte, apresentou-se elementos do sistema integrado fumageiro que mostram a sujeição da renda da terra e subordinação do campesinato. A cadeia produtiva do tabaco é dominada pelo capital monopolista que monopoliza a propriedade sem se territorializar e subordina o campesinato sujeitando-lhe a renda. Entretanto, é nestes liames de contradições do desenvolvimento do capitalismo que o campesinato também consegue se recriar. O campesinato encontra na complementariedade entre o sistema integrado fumageiro e o conjunto de outras atividades que realiza na propriedade, possibilidades de garantir sua existência social.

Assim, é importante salientar que nesse processo que torna o camponês subalterno ao capital, ele não é uma vítima, sobretudo, não é um sujeito passivo. Visto que, é ele quem aceita estabelecer a relação com a empresa fumageira. Portanto, evidencia-se a contradição existente na relação de integração, pois o cultivo de fumo ao mesmo tempo em que subordina os camponeses se apresenta na atual conjuntura, alternativa de reprodução social destes.

Camponeses e as contradições no sistema integrado fumageiro

Embora ocorra a subordinação da renda da terra, é preciso avaliar neste sistema integrado, permeado de contradições, que o camponês não é um sujeito absolutamente passivo. Embora subordinados, os camponeses criam formas de resistência, ou seja,

buscam diante dos domínios da empresa estabelecer a sua autonomia e criam formas de melhorar e diminuir as “amarras” com a empresa. As entrevistas com os camponeses integrantes deste estudo, revelaram muitos fatos do sistema integrado, demonstrando a posição dos camponeses perante a empresa e a subordinação que existe, mas também exteriorizaram como os camponeses buscam contornar tais “amarras”.

Por exemplo, viu-se anteriormente, que a empresa fumageira busca controlar a produção de fumo, principalmente a entrega do fumo produzido através da realização de estimativas para assim impossibilitar a venda do produto para terceiros, os picaretas. No entanto, grande parte dos camponeses fumicultores entrevistados vendem fumo para os picaretas. A comercialização para estes se constitui numa forma de resistência às formas de dominação e controle da empresa. É uma resistência “branda” em que os camponeses não “lutam” e enfrentam a fumageira, mas, é politicamente e economicamente importante. Não só pelo maior valor que podem receber pelo fumo, mas também, porque tomam uma posição de negar a entrega total da produção para a empresa que lhes quer tomar a maior parte da renda.

Os camponeses também buscam formas de diminuir a dependência da empresa fumageira. Uma das formas é expandir o plantio para além da quantidade de pés de fumo contratado/financiado com determinada empresa. Assim, caso o preço que a fumageira que o financiou esteja pagando preço inferior ao dos picaretas ou outra empresa, por exemplo, os camponeses vendem parte de sua produção àqueles que ofertarem melhor preço.

Outra situação que manifesta as estratégias dos camponeses frente a subordinação imposta pela indústria fumageira ocorre quando esta devolve fardos de fumo alegando que os mesmos não estão de acordo com os padrões da empresa. Estes fardos os camponeses comercializam com terceiros, diminuindo assim, os prejuízos.

Estas situações evidenciam estratégias de resistência do campesinato, que embora subordinados em várias esferas pelo capital, encontram maneiras de contorna-las. Isto porque, além de serem integrados com uma ou mais fumageiras, existem camponeses que cultivam fumo por conta própria, isto é, fora das amarras contratuais da relação de integração e comercializam a produção diretamente com os atravessadores. Conforme relato de um camponês,

Eu planto pra Souza Cruz e pra Continental. [...] daí quase sempre o pessoal aqui planta mais, pra passa da estimativa e daí pode vende pros picareta. Que nem minha estimativa é pra 15 mil quilo e eu plantei pra 150, pra sobra pra daí vende pros picareta. Daí sempre planta mais. (Camponês de Itaipulândia/PR, 2018).

Este mesmo camponês afirmou ainda que possui integração com as empresas pela garantia de comercialização de parte da produção, pois pode ocorrer dos picaretas não passarem para comprar o fumo. Tal prática não é isolada. Evidenciou-se que isto é realizado pela maioria dos fumicultores entrevistados. Estes elementos demonstram as formas criadas pelos camponeses para contrapor a subordinação da sua renda.

Alguns camponeses entrevistados nos municípios de São Miguel do Iguaçu, Missal e Itaipulândia, apontaram que cultivam além do estimado/financiado junto a empresa fumageira, porque compram insumos e agrotóxicos de forma particular. Isto é, sem ser com a indústria fumageira, visto que, estes itens quando adquiridos com a fumageira estão atrelados à produção estimada. Assim, para o camponês produzir fumo além do que estimou com a empresa, precisa ter acesso aos insumos, agrotóxicos de outro modo, sem ser com a empresa. Esta ação de obter o necessário para produção fora da empresa fumageira permite que os camponeses não estejam tão dependentes da indústria, como um camponês salientou, “Quem pega os insumo tudo com a empresa fica mais preso. Então já pégo tudo particular, que daí não se incomoda tanto” (Camponês de São Miguel do Iguaçu/PR, 2018).

Os camponeses dos municípios citados afirmaram ainda, que desta forma, a dívida com a indústria fumageira é menor e adquirem o necessário para produzir com revenda de agroquímicos localizada no município de São Miguel do Iguaçu. Sobre isto um camponês relatou que,

Que nem pra Souza Cruz, daí assim, quando é a última entrega, eu já desconto os insumo né! Mais daí, como planta mais, daí pego do moinho Iguaçu. Daí agora, foi ano passado, eles chamaram o pessoal aqui que é plantador de fumo pra vê os qual produto que tu usava pra planta fumo. Pra eles te ali. Porque o que tem de gente que vai lá pedi... até tinha um pessoal de Rondon que vieram daí pra ver e fazê um levantamento dos produtos. Veneno, insumo que daí se eles tem tudo, daí vai sê uma boa. (Camponês de Itaipulândia/PR, 2018).

Ou seja, os camponeses têm o conhecimento de que, quanto menor a dívida com a indústria (embora esta dívida não deixe de existir, pois é feita com outra empresa), menor é sua dependência frente a fumageira e maior a autonomia relativa, inclusive para parar de plantar fumo. Esta busca de maior autonomia na produção, evidencia que os

camponeses analisam formas de diminuir a subordinação que sofrem. As afirmações de Vogt (1994, p.166), auxiliam nessa compreensão,

[...] o fumicultor não está total e completamente subordinado ao capital industrial. Ele não é um sujeito absolutamente passivo. Preserva uma autonomia, ainda que relativa, e tem suas formas de resistir à situação a que está submetido. Pode parar de plantar fumo, por exemplo. Ou plantar o milho, a mandioca, o feijão da forma que quiser. Não é subjugado especificamente pela agroindústria fumageira, mas pelo sistema social como um todo.

Os camponeses embora não deixam de estar subordinados, pois o sistema capitalista como um todo os sujeita, não são passivos na cadeia produtiva do fumo e procuram formas de diminuir as “amarras” com a indústria, como relatou um camponês,

Das firma, antigamente tu não tinha opção, mais hoje tu tem. [...] aqui tem concorrência. E com esse outro que chego aí comprando particular, melhorô muito as coisa. Tinha época que nós tava vendendo o fumo aqui por centavo e hoje não tem mais isso não. [...] eu só com a continental e um pouco com os picareta. Tô vendendo mais pros picareta do que pra firma. É uma forma de manter o preço, porque se tu for só dominado pela empresa eles fazem o que querem. Quando eles vê que começa tê muita concorrência, daí dá uma melhoradinha. Eu não faço uma estimativa alta na firma pra sobra pros picareta. Esse que pega aqui também pega lá em Porto Mendes. (Camponês de São Miguel do Iguazu/PR, 2018).

O relato desse camponês deixa nítido como os mesmos são cientes da sujeição e monopolização que a empresa fumageira exerce e mostram também a capacidade que possuem de reagir a isso, de buscar melhor preço para seu produto reforçando a relativa autonomia que possuem. O relato de outro camponês contribui para compreensão.

A turma vende muito, mais óia, vô falá aqui prá vocês, viu? Prá um tal de [...] de Itaipulândia. Mas ele tem firma, só que não da nota prá gente e leva o fumo pro Nordeste. Ele pega mais fumo do que a Souza e a Continental. Ele vem classificá e pesá na casa. Só que daí não dá assistência, não tem instrutor nada. Só vem e compra o produto. E na realidade ele paga bem melhor que as firma. É que nem ele, que nós aqui chama de picareta. Mais picareta na realidade é a Souza Cruz e a Continental que eles leva e paga o que eles querem. O cara ali não. Desconta no máximo um quilo de umidade por fardo e cabô. (Camponês de São Miguel do Iguazu/PR, 2018).

As entrevistas com os camponeses revelam os mecanismos do sistema integrado, demonstram a posição dos camponeses perante a empresa e a subordinação que existe, mas também evidenciam como o campesinato busca contornar estas “amarras” e reconhecem a própria empresa fumageira como a verdadeira “picareta”. Sobretudo, evidenciam que esta alternativa que a produção de fumo representa para a reprodução

camponesa é indecorosa, permeada de contradições em que o camponês tem relativa autonomia, porém encontra-se subordinado no sistema como um todo.

De outro lado, também se verificou que os camponeses procuram manter vínculo com as empresas fumageiras, pois com isto, possuem acesso à produtos que necessitam para utilizar na sua lavoura (não raras vezes para além do fumo) e quando as condições permitirem podem, inclusive, parar de plantar fumo.

Percebe-se que o fumo é visto por muitos dos camponeses que compõem a presente pesquisa, como a alternativa mais rentável perante outros cultivos como milho, soja, criação de gado leiteiro, frangos, suínos etc. O cultivo do tabaco possui predileção entre estes camponeses, haja visto, a pouca disponibilidade de terras, a garantia de acesso a créditos e insumos e a comercialização da produção. No entanto, a maioria demonstra insatisfação e que pararia de cultivar fumo se tivesse alternativa mais fecunda. Dentre os camponeses entrevistados, 67% deixariam de plantar fumo se houvesse alternativa compatível, enquanto que 33% não deixariam. Os entrevistados que não veem possibilidade de deixar a integração correspondem aos que são agregados ou estão endividados junto as fumageiras e não veem possibilidade de encerrar a atividade com o fumo neste momento.

Para abandonar o sistema integrado do tabaco os camponeses afirmaram como fundamental a existência de atividades que comportassem a mão de obra familiar, visto que, a maioria dos camponeses possuem poucos maquinários e optam pelo fumo devido a exigência maior de trabalho manual. Soma-se a isso, a garantia de financiamentos e comercialização da produção, garantias estas que não possuem com outras culturas.

Assim o sistema de produção de fumo por meio da integração se constitui enquanto uma estratégia para a manutenção da condição camponesa e, mesmo estando subordinados, os camponeses (como salientado pelos mesmos), buscam manter certo grau de autonomia. Seguindo o raciocínio de Paulino, (2006, p. 121), “[...] Tomar a integração a partir de uma contraposição simplista, pautada no pressuposto de que, se a mesma é vantajosa para a empresa, obrigatoriamente os integrados só tem a perder, é um equívoco”.

Logicamente, como visto nos depoimentos dos camponeses, em várias situações, os mesmos foram/são prejudicados e tiveram/tem prejuízos com a fumicultura. No entanto, relatam a capacidade de resistir, bem como, que utilizam o fumo como uma

alternativa de renda e trabalho a qual não é atividade exclusiva do sítio camponês. Conforme Paulino (2006, p. 122) “Depreende-se assim que a integração se sustenta entre os mesmos por se tratar de uma atividade complementar [...]”, uma vez que, a complementaridade é uma estratégia central dos camponeses, pois contribui significativamente para a manutenção dos mesmos no campo.

[...] o caráter complementar da integração que acena por uma forma de recriação camponesa, que permite ver sob outro prisma a intervenção em relação a uma atividade específica, para que as demais possam ser desenvolvidas com menores sobressaltos. Tendo como base Oliveira (1994) fica fácil entender ser essa uma estratégia de preservação dos meios de produção e, por conseguinte, da própria autonomia que deriva da diversidade produtiva centrada na unidade familiar. (PAULINO, 2006, p.123).

Como visto, os camponeses mesmo integrados na produção de fumo, submetidos a imposição de diversas regras, ainda mantêm relativa autonomia, isto porque, iniciar a integração foi uma escolha deles. Esta autonomia se fortalece em conjunto com as demais atividades executadas no sítio, pois os camponeses não são monocultores de fumo. A diversidade na propriedade embora não seja algo virtuoso, pois torna ainda mais penoso o trabalho da reprodução camponesa, contribui para que estes, mesmo integrados às empresas capitalistas, possam manter relativa autonomia. Reitera-se ainda, que a diversificação da produção e o autoconsumo são elementos estruturantes do campesinato. A diversidade na propriedade camponesa é compreendida como estratégia de sobrevivência e resistência no campo e, o fumo, embora imbuído na subordinação da renda camponesa é, para os camponeses, mais uma alternativa no âmbito da complementaridade.

Ressalta-se, conforme contribuição de Paulino (2006), que a subordinação não se dá de forma hegemônica dentro da fração camponesa do território, pois é na combinação de diferentes atividades que se definem os níveis de sujeição da renda, e, por conseguinte, a capacidade que cada família possui de retê-la. Assim,

A diversificação da produção é uma maneira de se proteger das formas predatórias de extração de rendas, perpetradas por diferentes agentes do capital. Assim, quanto maior for à variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente. (PAULINO, 2006, p.112).

Todos os camponeses entrevistados diversificam a propriedade, isto é, não realizam somente o cultivo do fumo. Sobretudo, todos possuem a criação de animais, hortas, cultivos de feijão, mandioca, porém a maioria relatou que cultivava “só pro nosso gasto”. Ou seja, não comercializam, até mesmo pelas dificuldades que possuem em inserir os produtos no mercado. Apenas duas famílias camponesas relataram que comercializam na cidade ou nas próprias casas alguns produtos, principalmente, ovos, banha, carne, queijo e leite.

Na diversificação de culturas juntamente com o tabaco destaca-se, sobretudo, o cultivo de milho, soja, feijão e mandioca. Dos camponeses entrevistados só não realizam a diversificação de culturas os camponeses que não possuem terras próprias, os agregados. Porém, os mesmos possuem a criação de animais e cultivo de hortaliças que contribuem para a reprodução da família, sendo considerado principal elemento para os mesmos permanecerem na condição de agregados.

Os relatos dos camponeses demonstram a importância da diversificação de culturas na propriedade,

Parceria é sempre prô lado deles. Tu colheu o primeiro fumo, tu manda, daí, até eles desconta todo o dinheiro deles, não vem nada pra ti. Por isso que eu digo: se for pra vive só do fumo, gente, óia que vivê endividado e com a corda no pescoço. É desgraçado. [...] só do fumo é difícil, né! É difícil e tem outra coisa que eu te digô também: só do fumo é difícil e lavora de soja e milho nem se fala. Nós tem lavora de fumo, um pouco de milho, aviário, uns porco, umas vaca né! (Camponês de São Miguel do Iguçu/PR, 2018).

Na roça a gente não pode mexê só com uma coisa né! Tem que tê mais. Que se fosse dependê só de fumo, que nem ano passado, nós não ia vive, por causa da geada que deu né! O fumo, se falha a safra, não paga a despesa, daí porque tem a dívida e investimento, que o fumo é bastante investimento. (Camponês de Santa Helena/PR, 2018).

O relato desses camponeses evidencia que a diversificação é o que sustenta a recriação da família, indicam ainda que se os mesmos realizassem monocultura com o fumo, estariam “perdidos”, como relatam. Ou seja, o fumo compõem as alternativas visualizadas pelos camponeses, mas este sozinho, não possibilita a recriação da família. Esta é garantida pelo conjunto de outras atividades que complementam as necessidades alimentares e de renda da unidade camponesa. “Nóis planta fumo e daí sempre tem um milho, mandioca, umas vaca pro leite” (Camponês de Itaipulândia/ PR, 2018), ou seja, é a lógica da diversificação, pois conforme outro relato “Se planta só um produto daí não dá, porque um vai levando o outro né!” (Camponês de Itaipulândia/ PR, 2018). Estes

relatos confirmam a importância da diversificação da produção e mostram que o fumo está longe de ser a solução dos camponeses. A solução está na luta dos mesmos na articulação de várias maneiras para se manter no campo.

É possível perceber dessa forma que os camponeses se submetem a esta relação de integração, numa luta para permanecerem em suas terras e para continuarem sendo camponeses. Verifica-se que os camponeses, mesmo subalternizados, buscam formas para se impor diante da dominação e sujeição ao capital industrial para garantir a sua existência. Assim, é preciso compreender as contradições que giram em torno da produção de tabaco, como a subordinação da produção que o camponês está submetido, bem como, as formas de resistência no campo que os camponeses criam para garantir a sua reprodução. O cultivo do fumo se apresenta como uma alternativa, porém, alternativa contraditória visto que está imbuída em uma relação de integração com a indústria que sujeita a renda da terra camponesa e monopoliza a propriedade do camponês. Portanto, o sistema integrado fumageiro representa um processo contraditório de subordinação e resistência. A relação dialética é intrínseca neste sistema integrado da cadeia produtiva do tabaco.

Considerações finais

Vários elementos evidenciam a subordinação dos camponeses no sistema de integração, porém, estes continuam nesta relação e criam formas para que este sistema não “prenda-os” totalmente e não retire a sua autonomia dentro da propriedade. Desse modo, considera-se que os camponeses são conhecedores do processo de subordinação que estão submetidos, no entanto, continuam produzindo o fumo, pois, este se insere dentro de um conjunto complexo de alternativas para se manter no campo.

O sistema integrado fumageiro aliado a um conjunto de outras atividades (autoconsumo) compõem alternativas para recriação familiar. Ou seja, é uma forma de criar condições de trabalho e renda para os integrantes, de modo que, todos possam morar, trabalhar e sobreviver na propriedade. É, portanto, uma maneira de resistir no campo. Porém, tal alternativa não é virtude, mas, fatalidade.

Elucidou-se neste artigo a subordinação da renda da terra camponesa no sistema integrado fumageiro e as formas de resistência e recriação dos camponeses. Considera-se que a integração às cadeias do tabaco é repleta de contradições, pois ao tempo que,

subordina e sujeita a renda da terra para os setores capitalistas, também possibilita caminhos para recriação camponesa. Como visto, antagonicamente, o fumo compõe as alternativas de resistência no campo, porém, não é a melhor destas, como propagandeado pela fumageiras. Condições adequadas para a reprodução camponesa estão distantes desta relação de integração que subjuga o fruto do seu trabalho e, neste, a renda da terra.

Os camponeses fumicultores que compuseram a presente pesquisa estão inseridos nesta relação de integração porque o fumo necessita pouca terra para seu cultivo e, embora, a renda gerada no cultivo seja em grande parte drenada para as indústrias, possuem a garantia de comercialização da produção. Tais fatores são fundamentais, visto que, a inserção dos produtos camponeses ao mercado possui interdições estruturais. Assim, é necessário reconhecer as particularidades existentes no sistema integrado fumageiro e, sobretudo, perceber as contradições e, nestas, a reprodução camponesa das condições de sua existência.

AGRADECIMENTOS

O trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Notas

¹ O presente texto é fruto de pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon.

² A descrição das falas dos camponeses entrevistados é apresentada na íntegra e referenciada de acordo com a seguinte metodologia: “Camponês e a localização do mesmo”, optou-se por esta forma para preservar a identidade dos mesmos.

³ Nos municípios pesquisados é cultivado o fumo de galpão e suas variedades são principalmente do tipo Comum, mas também se cultiva do tipo Burley e Dark. As qualidades de fumo cultivadas variam por cada localidade. Nos municípios de Itaipulândia, São Miguel do Iguçu e Missal são cultivados o fumo Comum, Burley e Dark. Em Santa Helena, Mercedes e Marechal Cândido Rondon cultiva-se, sobretudo, o comum e em menor proporção o Burley. As três variedades de fumo citadas, possuem pouca diferença entre si, visto que são fumos de galpão com cura natural. Dentre estas, o maior diferencial reside na industrialização da variedade Dark, pois com esta, é fabricado o cigarro de mascar, destinado exclusivamente para a exportação.

⁴ A indústria contrata a empresa que fará o transporte, mas os custos deste são descontados da produção entregue pelos camponeses.

⁵ Atravessadores ou picaretas são compradores de fumo sem vínculo com alguma empresa fumageira.

⁶ Camponês integrado com a empresa fumageira Souza Cruz.

⁷ Camponês integrado com a empresa fumageira Souza Cruz.

REFERÊNCIAS

DERAL – Departamento de Economia Rural. **Fumo: Análise da Conjuntura Agropecuária Outubro de 2015/2016**. Disponível em: www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumo_2015_16.pdf.

DERAL- Departamento de Economia Rural. **Prognóstico Fumo**. 2019. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/fumo_2019_v1.pdf>.

DESER – Departamento de estudos sócios-econômicos rurais. **Tabaco: da Produção ao consumo uma cadeia de dependência**. Curitiba, 2010.

ETGES, Virgínia, Elisabeta. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul, Ed. FISC, 1991.

MARTINS, José, de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. 3 ° Ed. Petrópolis: Vozes Ltda, 1980.

OLIVEIRA, Ariovaldo, Umbelino de. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo, Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1 Ed. FFLCH/Labur, 2006.

PAULINO, Eliane, Tomiasi. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PAULINO, Eliane, Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas Por autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2008.

SOUZA CRUZ. **Quem Somos**, 2020. Disponível em: <<http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOUAG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DO9YABCW?opendocument>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

VICINI, Paola, Jennifer. **A territorialização da produção de fumo na mesorregião oeste do paraná: sujeição da renda da terra e as formas de resistência do campesinato**. 2019. 230 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, Paraná.

VOGT, Olgário, Paulo. **A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul- RS**. Curitiba; Dissertação, 1994.

| |
|--|
| Recebido em 22/08/2019. Aceito para publicação em 24/02/2020. |
|--|